

EDITORIAL

DESAFIOS E POTENCIALIDADES DA SAÚDE PÚBLICA NO BRASIL

O que há um longo tempo parecia dificuldade/desafio, concretizou-se em uma constituição. A partir de muitos encontros, nos mais diferentes locais desse país de espacialidade continental, emergiu um conjunto de linhas de forças, materializado em pessoas, movimentos sociais e populares, instituições, trabalhadores e trabalhadoras de vários setores. Partiram rumo à 8ª Conferência Nacional de Saúde, levando textos produzidos com a diversidade de linguagens e sotaques, representando os povos que habitam o Brasil. A 8ª Conferência Nacional de Saúde teve essa marca histórica de escutar a diversidade e conceber o relatório que subsidiou o texto constitucional. Após muitas disputas, nos artigos 196 ao 200 da Carta Magna, temos o reconhecimento e a expressão do desejo de coletividades: saúde como direito de todas e todos e dever do Estado.

Então, ao falarmos em desafios, expomos este que foi superado para quem sabe espelhar em meio aos feixes de luzes produzidos esclarecimentos-escurecimentos que por si são reveladores de potenciais locais e globais. Sim, o Sistema Único de Saúde revelou-se com potencialidades e fortalezas para enfrentar (ainda que com dificuldades) demandas e necessidades da população.

Um sistema desenvolvido com a multiplicidades de vozes e corpos, pautando necessidades reais em uma disputa com o capital produtor de demandas. A intersectorialidade foi plasma importante para referenciar saúde na amplitude para além da ausência de doenças. Hoje, sabemos o quanto são necessários articulação e expressividade de vários setores e financiamento para arcar com as realidades singularmente presentes.

Saúde é, portanto, resultante de uma série de determinantes para se objetivar como tal (renda-emprego; economia-sustentável, nutrição-segurança alimentar; educação-escola libertária - saberes disciplinados e não disciplinados; política-macro/micro; saúde-bem viver; arsenal tecnológico-tecnologias leves/leve-duras/duras; pesquisa-compromisso local/global).

Observamos, com o elenco desses temas, que os desafios contemporâneos, nas tantas regressões observadas, com os governos de direita instalados no mundo, e o Brasil não ficou de fora desse bloco. É preciso retomar o controle e a efetivação de políticas públicas que respondam ao contexto de produção de uma saúde pública/coletiva que vinha sendo construída em meio às negociações possíveis, em um mundo de fronteiras, em que sempre fomos colocados em posição inferior. Interessante foi no movimento pós-ditadura e a partir de processos macro e microterritoriais que foram se constituindo uma diversidade de políticas de saúde que teciam respostas às necessidades encontradas, mesmo com o subfinanciamento que sabíamos existir.

Hoje, com o atual governo, autoritário e que assumiu a vertente necropolítica, deixar morrer aqueles e aquelas que estão do outro lado da fronteira, ou seja, que já se encontram invisibilizados e que tinham começado a ser vistos e ouvidos.

Foi, assim, na década de 1990, com a queda brusca da mortalidade infantil, quando o Brasil assumiu o foco nos cuidados primários e criou, por exemplo, o Programa Agente Comunitário de Saúde, a política nacional de atenção básica e o reforço com ampliação do financiamento nos anos 2000 para saúde e educação, com a constituição de tantas outras políticas (equidade; campo, floresta e águas; saúde bucal; urgência e emergência com a materialidade do SAMU; Rede Cegonha, entre outras), pautadas na realidade urbana e rural. Desenhamos e desenvolvemos um conjunto de pactos que garantiu autonomia na gestão da vida nos múltiplos lugares.

Bem, pelo visto, reafirmamos que a terra é redonda, os movimentos cíclicos acontecem e que um passado breve pode também nos ajudar a reconstruir um presente-futuro breve. É preciso retomar movimentos locais (isso já feito em outros momentos revelados no início do texto), sem fórmulas dadas, mas com saber da experiência feito entre o saber científico e popular, temos acúmulos.

Com o golpe de 2016, a mortalidade infantil, infelizmente, começou a crescer (indicador social sensível para revelar fragilidades de gestão). As políticas literalmente desfinanciadas vão dando conta do agravamento de várias crises, mas a 17ª Conferência de Saúde anunciada nos faz repensar nas nossas lutas já vividas por outros corpos, vidas que se foram e permanecem se atualizando com novos sanitaristas e tantos outros sujeitos. Se precisássemos assinalar o grande desafio da contemporaneidade, destacamos aqui a revogação da Emenda Constitucional 95 e a retomada do financiamento para saúde-educação (pesquisa e tecnologias). É o imperativo a se destacar no momento. Sigamos com a solidariedade do povo brasileiro. Enfrentaremos crises e retomaremos aquilo que é nosso. Nossa coragem é uma grande potência para cuidar da vida que reexiste sempre.

Maria Rocineide Ferreira da Silva

OrcID: 0000-0002-6086-6901

Mestra em Saúde Pública / UECE
Doutora em Saúde Coletiva / UFC